



## ATA Nº 1

### REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE JANEIRO DE 2021

PRESIDÊNCIA: Carlos Armando Ormonde da Costa. -----

VEREADORES PRESENTES: Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Raquel Lemos Borges, Rui Fernandes Nobre de Castro, Cláudia Fagundes Martins e Rui Miguel Mendes Espínola. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: Tibério Manuel Faria Dinis. -----

HORA DE ABERTURA: 14H00M -----

----- Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Carlos Armando Ormonde da Costa, estando presentes os Vereadores Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Raquel Lemos Borges, Rui Fernandes Nobre de Castro, Cláudia Fagundes Martins e Rui Miguel Mendes Espínola. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificada a falta de comparência à reunião. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos o senhor Vice-Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins referiu que, conforme constatou pela comunicação social e no âmbito das declarações do senhor Presidente da Câmara, a situação da necessidade de reposição de areia, perante o que está a acontecer junto da Muralha,



**PRAIA DA VITÓRIA**  
Câmara Municipal

designadamente na zona em frente à Academia da Juventude, é recorrente, pelo que questionou o que está na base para isto não ter sido acautelado.-----

----- Prosseguiu dizendo que também percebeu, perante as declarações do senhor Presidente, que foi solicitada ajuda ao Governo Regional para um plano de intervenção no local, considerando que esta situação é recorrente, e perguntou se essa ajuda foi solicitada ao anterior Governo Regional e quais são as próximas intervenções naquele local, bem como o que está a ser ponderado fazer no imediato. -----

----- Relativamente a essa questão o senhor Vice-Presidente respondeu que esta é uma situação recorrente de há muitos anos, ou seja, desde que foi contruído o molhe a sul, as correntes, dentro da baía, alteraram-se, fazendo com que aquela zona seja afetada. Face a essa situação o que tem vindo a ser feito, ao longo dos anos, é a dragagem de areia para aquele local, sendo que no inverno o mar encarrega-se em retirar a areia, e enquanto não houver uma correção na dinâmica da baía, isso vai acontecer recorrentemente. -----

----- Referiu ainda que para a resolução dessa questão está a ser feito um estudo de recuperação dos areais, que também inclui este caso. -----

----- Salientou que este ano a situação foi pontual, tendo em conta que durante vários dias o mar esteve sempre a bater na Muralha e a levar a areia, apesar de não ser uma situação única porque já ocorreu noutros anos, contudo o que tem de se fazer agora é repor o areal. -----

----- Esclareceu ainda que o que o senhor Presidente solicitou ao Governo Regional, e à Secretaria Regional do Mar, foi uma avaliação, mais profunda, do que está a acontecer na Muralha. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins perguntou se houve um reforço de areia para preparar a época de inverno, tendo o Vereador Carlos Costa respondido que, normalmente, o reforço de areia ocorre antes do verão. -----

----- A Vereadora Raquel Borges acrescentou que o reforço de areia feito antes do inverno não tem qualquer efeito, considerando que durante o inverno o mar leva a areia. -----

----- No que se refere ao pedido que o senhor Presidente fez à Direção Regional dos Assuntos do Mar, a Vereadora Raquel Borges referiu que hoje esteve reunida com um engenheiro, perito nestas matérias, a analisar aquela situação, sendo que o mesmo referiu que nesta altura não há muito a fazer. No entanto, certamente, será enviado um relatório para análise. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins questionou se só após essa avaliação é que o executivo vai decidir o que vai fazer naquele local, ao que a Vereadora Raquel Borges respondeu que hoje já foi possível chegar a uma conclusão, ou seja, nesta altura e atendendo às condições atmosféricas nos meses de janeiro e fevereiro não é possível fazer qualquer intervenção. No entanto, naquela zona vão ser colocadas umas estruturas de betão para proteção durante este período, e então posteriormente vai ser avaliado o que é possível fazer em termos de areias. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins perguntou se está em risco a sustentabilidade da Muralha, tendo a Vereadora Raquel Borges respondido que, atualmente, não se põe em causa a questão da segurança da Muralha. -----



## PRAIA DA VITÓRIA

Câmara Municipal

----- O Vereador Rui Espínola perguntou se anualmente são feitas dragagens para aquela zona, tendo o Vereador Carlos Costa respondido que a dragagem é feita todos os anos, sendo que nem sempre a areia é depositada naquele local, por vezes vai para a Prainha e outras vezes para aquela zona. -----

----- O Vereador Carlos Costa continuou dizendo que quando a areia é dragada para a Prainha é porque a draga da Câmara não tem capacidade de força na tubagem para chegar à zona em frente ao Auditório, pelo que é necessário ter um acréscimo de custo para transportar a areia. -----

----- Referiu ainda que a Câmara tem tido essa preocupação porquanto se não for transportada areia, para aquele local, durante dois anos ou três seguidos, a situação piora. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins perguntou se isso é feito com recursos da Câmara, ao que o Vereador Carlos Costa respondeu que é feito com recursos da Câmara e com uma empreitada para o transporte. -----

----- O Vereador Rui Espínola questionou se o ano passado a dragagem foi feita para a zona em frente ao Auditório, tendo o Vereador Carlos Costa respondido que o ano passado a dragagem foi feita para a Prainha, porque não havia necessidade disso-----

----- A Vereadora Raquel Borges acrescentou que não foi pelo facto de não se ter dragado, no ano passado, para essa praia, que a areia desapareceu este inverno, ou seja, por mais que se tivesse dragado e transportado areia para aquele local, não era isso que ia evitar o que aconteceu este ano.-----

----- Relativamente à recolha de lixo reciclado a Vereadora Cláudia Martins referiu que lhes fizeram chegar algumas denúncias de que essa recolha estaria atrasada, nomeadamente em alguns locais em que a recolha não era feita desde o Natal, e perguntou se o executivo tem conhecimento desta situação e o que é que está na base dessa ocorrência, tendo o Vereador Tiago Ormonde reconhecido que de facto, em algumas zonas, tiveram alguma dificuldade em recolher o lixo dos ecopontos, sendo que isso também tem a ver com a avaria de uma viatura no final do mês de dezembro. No entanto, estão a fazer os possíveis para repor a situação o mais rapidamente possível e de modo a que durante esta semana a recolha dos ecopontos normalize.-----

----- No que concerne à creche das Lajes a Vereadora Cláudia Martins disse que o Vereador Rui Espínola levantou este assunto no âmbito da “Presidência Aberta” à Vila das Lajes, mas entretanto voltaram a apontar que existe alguma instabilidade na creche e ATL das Lajes, nomeadamente, que, neste momento, já estão sem uma educadora e uma funcionária. Para além disso, há necessidade de intervenção no espaço, pelo que perguntou ao executivo o que tem a dizer sobre esta situação, se tem previsão de alguma intervenção para o local, e se está a par deste assunto.-----

----- Quanto à questão dos funcionários o senhor Vice-Presidente respondeu que uma funcionária cessou as suas funções por razões de organização interna, sendo que para colmatar essa situação uma funcionária que estava a meio tempo passou a exercer funções a tempo inteiro.-----



----- No que se refere à educadora referiu que existem duas ou três possibilidades de contratação, uma delas estava para iniciar funções, mas como conseguiu colocação noutra sítio o processo ficou sem efeito, estando em análise a situação das outras duas, para se resolver, rapidamente, essa situação que não pode continuar. -----

----- Relativamente às obras informou que estão a decorrer, sendo que no âmbito do licenciamento, num curto espaço de tempo, será feita uma vistoria, estando em falta apenas uns alumínios encomendados, para fazer uma divisória, que ainda não chegaram, e que as restantes alterações já foram efetuadas. -----

----- O Vereador Rui Espínola salientou que o problema é mais profundo do que isso, tendo abordado o mesmo por diversas vezes, mesmo até no tempo da Vereadora Paula Ramo, quando se aprovou o caderno de encargos. -----

----- Prosseguiu dizendo que aquela concessão está a desmoronar-se, de dia para dia, e está a desmoronar-se por diversos motivos, designadamente, pela questão do licenciamento que está a ser resolvida, pela questão da lotação, para além do problema do valor aplicado que torna inviável aquela concessão, sendo que todos os concessionários chegaram à conclusão que o seu negócio é completamente inviável. Essa situação arrasta uma série de questões relacionadas com os funcionários, com os atrasos nos pagamentos, ou seja, uma desmotivação que impera e que faz com que não seja possível viabilizar a concessão, pelo que é necessário um olhar diferente e muito mais profundo, do que aquilo que o senhor Presidente trouxe aqui relativamente à creche, porquanto o que vai acontecer, e à semelhança do que já aconteceu anteriormente, é que de futuro, e a curto prazo, a creche vai estar em risco de fechar, o que é muito grave porque depois tem consequências, desde logo para a concessionária, mas sobretudo para as crianças e para a Câmara Municipal que vai ter de acarretar com os custos para resolver essa situação. Assim, no seu entender, tem de haver uma ajuda e uma diferenciação relativamente à creche. -----

----- O senhor Vice-Presidente referiu que esta é uma situação que a Câmara está a acompanhar de perto, e que a grande dificuldade na viabilidade económica consiste no facto daquele espaço não estar licenciado, porque quando estiver licenciado a creche será comparticipada, desaparecendo esse problema. Contudo o executivo tem acompanhado essa questão e falado, com frequência, com a concessionária. -----

----- Salientou ainda que caso o licenciamento demore mais algum tempo, certamente, que a Câmara vai ter de atuar. -----

----- O Vereador Rui Espínola realçou que este seu discurso e a tentativa, por várias vezes, de levantar este assunto, não é nada contra a atual concessionária, mas sim numa tentativa de que o negócio seja viável, porquanto se o negócio for viável cria um bom serviço, sendo que o intuito da Câmara Municipal é criar bons serviços aos cidadãos. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins perguntou se encontrar outro espaço não seria solução, tendo o senhor Vice-Presidente respondido que já começaram a ocupar a parte de cima do edifício, precisamente, para ampliar o espaço. -----

----- Em relação aos funcionários o senhor Vice-Presidente esclareceu que tinham ficado de avaliar essa situação no início do ano, pelo que vão ter de analisar a questão da contratação da educadora e se é necessário mais alguma auxiliar. -----

----- A Vereadora Cláudia Martins referiu que foram abordados relativamente à intervenção no campo de futebol Manuel Linhares de Lima, na Vila das Lajes, que, segundo sabe, aquando da presidência aberta o senhor Presidente assumiu a substituição do sintético no campo de jogos, e o lhes foi alertado é que para além dessa intervenção é necessário ter em consideração outros elementos que devem constar da intervenção, nomeadamente, garantir que o escoamento de águas do campo de jogos seja assegurado, que é uma situação que, neste momento, não está a acontecer, ou seja, não serve de nada fazer uma intervenção a substituir, ou a colocar, o sintético, e todos os outros problemas se manterem. Assim, como está para breve o início da intervenção, pelo menos de acordo com o que foi anunciado, alertava para a necessidade de ir mais além do que a simples questão da colocação do sintético. -----

----- Quanto à questão da piscina da Caldeira nas Lajes o Vereador Rui Espínola referiu que, apesar de não ter ido ao local, foi alertado para o estado de abandono em que se encontra a zona da piscina da Caldeira, inclusivamente com vidros partidos, para além de outras questões em que é necessário a Câmara intervir e constatar o que se está a passar, mesmo não estando no início da época balnear, nem na preparação para isso, mas também não seria conveniente deixar aquele espaço num estado total de degradação para que depois a recuperação seja muito dispendiosa. -----

----- O Vereador Rui Espínola salientou outra questão, da qual também têm sido alertados, por diversas vezes, que tem a ver com a curva da Rua Aniceto Ornelas, sendo que quando foi aberto o trânsito naquela rua foram colocados pins, que posteriormente foram retirados, atendendo aos problemas de circulação automóvel que foram surgindo, mas na verdade é que uma determinada zona põe em causa os peões e por diversas vezes algumas pessoas quase foram atropeladas à conta dessa situação. -----

----- Prosseguiu dizendo que, inicialmente, estava previsto um projeto de ampliação daquela curva que passava além da Muralha, e questionou se esse projeto vai avançar, tendo o senhor Vice-Presidente confirmado a existência de um projeto inicial que ampliava a Muralha para cima do areal mas esse projeto ficou sem efeito. -----

----- Relativamente à retirada dos pins o senhor Vice-Presidente disse que os mesmos foram retirados de modo a facilitar a manobra de alguns carros maiores, mas se os peões circularem na zona pedonal, demarcada pelos pins, não comprehende como é que podem ser atropelados. -----

----- O Vereador Rui Espínola esclareceu que está em causa a zona em frente às casas de onde foram retirados os pins, para além de que na altura que se estudou o trânsito na cidade, a viabilidade de abertura do trânsito na Rua Aniceto Ornelas seria mediante o alargamento da curva, para não causar esse estrangulamento no passeio junto das casas. Posteriormente foram colocados os pins e mais tarde parte deles foram retirados, porque alguns carros não conseguiam passar, mas a verdade é que nesse local também há a questão dos peões que está a ser afetada. Assim, questionou se não há perspetiva, da parte da Câmara, de voltar à solução inicial e se isso está a ser ponderado. -----

----- Sobre essa questão o senhor Vice-Presidente respondeu que o projeto inicial foi abandonado com esta solução de colocação dos pins. -----



----- Quanto à situação da cedência de entrada no parque de campismo dos Biscoitos a um terreno privado, o Vereador Rui Espínola perguntou em que moldes é que isso está a ser feito, porque é que está a ser feito, e qual é o intuito da Câmara Municipal. -----

----- Relativamente a essa situação o senhor Vice-Presidente respondeu que o problema desse acesso, a um terreno, tem origem desde o início do parque de campismo dos Biscoitos, porque quando se fez a escritura do terreno para o parque de campismo, esse terreno tinha uma servidão para uns terrenos do lado direito. Quando se adquiriu aqueles terrenos incluíram essa servidão, e na própria escritura consta que aqueles terrenos têm acesso a uma servidão com cinco metros de largura. Face a essa situação, têm existido imensos problemas com os concessionários, bem como com os utentes do parque de campismo, porque os proprietários daqueles terrenos têm a chave do portão e entram naquele espaço a qualquer altura, até com carrinhas. -----

----- Prosseguiu dizendo que havia dois acessos, um do lado esquerdo que o ano passado ficou resolvido, com a cedência de uma passagem, e a pessoa é que fez os muros e a passagem para o seu prédio. No caso do acesso do lado direito, o executivo para resolver esta situação está a ponderar, até porque já receberam o pedido de rescisão amigável da concessão, sendo, novamente, aberto concurso para esse efeito, uma extensão de trinta ou quarenta metros, ou seja, até à chegada ao terreno de um dos indivíduos, chegar o muro mais para dentro e fazer uma passagem, para que o parque de campismo fique fechado e completamente autónomo. -----

----- O Vereador Rui Espínola referiu que o senhor Vice-Presidente disse que os proprietários dos terrenos usavam, frequentemente, aquele acesso, mas está em causa uma vinha abandonada, tipo um mato, e questionou o que significa usar frequentemente, se passavam no local diariamente, tendo o senhor Vice-Presidente respondido que não faz ideia da frequência que passavam no acesso, contudo as reclamações eram anuais, quer da parte do concessionário, quer da parte dos próprios utentes. -----

----- O senhor Vice-Presidente acrescentou que o proprietário, por várias vezes, reclamou e manifestou a sua indignação por ter esses acessos, no parque de campismo, pelo que a Câmara está a tentar resolver um problema que já vem desde o início do parque de campismo. -----

----- Referiu ainda que o proprietário da vinha tem um projeto aprovado, para aquele local, de construção de uma adega e está a recuperar todas as vinhas, portanto certamente vai haver maior frequência de passagem. -----

----- O Vereador Rui Espínola questionou com base em quê, a Câmara delibera doar um terreno público a um privado, tendo o senhor Vice-Presidente respondido que o que está a ser ponderado é no sentido de tentar eliminar a servidão de cinco metros, que consta na escritura, em troca de uma passagem. -----

----- O Vereador Rui Espínola lembrou que não se pode doar um terreno público sem a autorização da Câmara Municipal, e que tenha conhecimento, até ao momento, a Câmara Municipal não autorizou nada disso, ao que o senhor Vice-Presidente replicou que também ainda não está nada concretizado, apenas está a ser trabalhado e ainda não há conclusão final. -----



----- O Vereador Rui Espínola disse que estão a falar de um terreno de mato bravio que foi vendido há cerca de um ano, quem comprou esse terreno sabia dessas condições, e entendeu que tinha todas as condições para resolver esse problema. Assim, perguntou qual é a relação da Câmara Municipal com o proprietário desse terreno, tendo o senhor Vice-Presidente respondido que a Câmara não tem qualquer relacionamento com o proprietário do terreno, sendo que quando essa pessoa comprou o terreno sabia, perfeitamente, dessa situação e pela parte do mesmo a situação pode continuar, não quer é chegar à entrada a porta estar fechada, e não poder entrar, como já aconteceu no passado.-----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

----- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.-----

### **(01/01) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – TIBÉRIO MANUEL FARIA DINIS:**-----

----- Requerimento datado de 11 de janeiro do ano em curso, de Tibério Manuel Faria Dinis, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, comunicando que, nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não poderá estar presente na reunião do dia 11 de janeiro de 2021. -----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

### **(02/01) TIBÉRIO MANUEL FARIA DINIS – COMUNICAÇÃO DE GOZO DE FÉRIAS E ACUMULAÇÃO PARA 2021:**-----

----- Requerimento datado de 23 de dezembro em curso, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Tibério Manuel Faria Dinis, comunicando nos termos da legislação em vigor, 3 (três) dias de férias, nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2020 e de 2 (dois) dias de férias nos dias 4 e 5 de janeiro de 2021. -----

----- Mais comunica a acumulação para 2021 de 30 dias de férias de 2020.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

### **(03/01) PROCESSO N.º 01/2020/59 – CATARINA ELOI ROCHA – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR – SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS DAS TAXAS:**-----



----- Requerimento datado de 29 de dezembro findo, de Catarina Eloi Rocha, solicitando a isenção do pagamento das taxas relativas ao Processo n.º 01/2020/59, por se tratar de uma bombeira de 3.ª classe, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória. -----

----- Informação datada de 30 de dezembro findo, da Secção de Obras Particulares – Setor de Atendimento, do seguinte teor: -----

----- “Serve a presente para informar que a requerente veio solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo de construção de habitação própria permanente, tendo para o efeito entregue cartão de identificação de bombeiro da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, na qual exerce funções de Bombeira de 3.ª classe. -----

----- O pedido tem por base a proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal, a qual consta da Ata n.º 24/2015, da Reunião Ordinária de 24 de novembro de 2015.” -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 01/2020/59, conforme requerido e nos termos e fundamentos da informação técnica datada de 30 de dezembro findo, da Secção de Obras Particulares – Setor de Atendimento.** -----

----- **(04/01) ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE A SÃO SEBASTIÃO - PROPOSTA:** -----

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/5, datada de 6 de janeiro em curso, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

----- “No âmbito da Festividade a S. Sebastião a comemorar no dia 17 de Janeiro, dia em que a Câmara Municipal da Praia da Vitória, honrando promessas dos nossos antepassados, promove a cerimónia religiosa própria do dia na Igreja Matriz desta Cidade. -----

----- Considerando que: -----

----- Compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças (alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- A Câmara Municipal tem vindo a apoiar este evento; -----

----- O contribuinte em causa tem a sua situação tributária regularizada, nesta data, conforme documentos que constam no Setor Financeiro e Tesouraria. -----

----- Proponho nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio no valor de €1000,00 (mil euros), à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Praia da Vitória, Santa Cruz, para ornamentação da Igreja Matriz e altar de São Sebastião, coleta e realização dos serviços litúrgicos, a atribuir após devolução do respetivo contrato programa.” -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** -----



----- (05/01) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, SOB A FORMA DE CONTA CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE DOIS MILHÕES DE EUROS: -----

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/7, datada de 6 de janeiro em curso, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

----- “Relativamente à contratação do empréstimo de custo prazo, sob a forma de conta corrente, até ao montante de €2.000.000,00 (dois milhões de euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria, foi deliberado pela Câmara Municipal a 09/12/2020 e pela Assembleia Municipal a 23/12/2020, concordar com a contração do empréstimo no Millennium BCP, com pagamento mensal de juros, calculados à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* a 0,25%, com isenção de quaisquer comissões; -----

----- No seguimento do exposto, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação das cláusulas contratuais, que se juntam em anexo.” -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** -----

----- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, o Exmo. Vice-Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Exm.º Senhor Vice-Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

Ass: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_